



Força-tarefa da AGU identificou 1.276 acusados de corrupção

A força-tarefa de combate à corrupção e à improbidade administrativa da Procuradoria-Geral da União (PGU) chegou, até agora, a 1.276 envolvidos em fraudes e desvio de dinheiro público. A maioria dos acusados é formada por servidores públicos (561), empresários (555) e prefeitos e ex-prefeitos (233).

Os casos apontam esquemas de corrupção mantidos por empresários em conluio com agentes públicos e advogados. Eles fracionavam compras com objetivo de obter dispensa nas licitações e superfaturar valores, segundo informações da Advocacia-Geral da União.

De acordo com o diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade Administrativa da PGU, Andre Luiz de Almeida Mendonca, além do ressarcimento dos cofres públicos, será pedida a suspensão dos direitos políticos dos envolvidos e solicitada a apreensão de bens e de valores mantidos em contas bancárias.

Constituída no dia 8 de outubro passado, a força-tarefa resultou em 372 ações judiciais, que estão sendo propostas pela PGU em todo o território nacional. O objetivo é recuperar verbas federais desviadas em irregularidades identificadas pela Operação Sanguessuga, da Polícia Federal — que descobriu fraudes em licitações para compra de equipamentos hospitalares —, e por condenações impostas pelo Tribunal de Contas da União, além de casos de improbidades administrativas diversas.

O trabalho envolve quase 40 advogados da União, sob coordenação do procurador-chefe da União em Mato Grosso, Cláudio Cezar Fim.

Segundo o procurador-geral da União, Fernando Luiz Albuquerque, a experiência da força-tarefa levou o órgão a decidir que, a partir de janeiro de 2009, haverá um grupo permanente atuando no combate à corrupção. “Nossa estratégia é focar na rapidez do encaminhamento dos processos à Justiça Federal, para bloqueio imediato dos bens dos envolvidos, a partir da identificação de indícios de improbidade e fraudes.”

Date Created

09/12/2008